



BOLETIM DO MUSEU NACIONAL

NOVA SÉRIE
RIO DE JANEIRO, RJ-BRASIL

ANTROPOLOGIA N.º 42 20 DE OUTUBRO DE 1983

ETNICIDADE E CIDADANIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE AS BASES ÉTNICAS DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA *

Giralda Seyferth
Museu Nacional — Rio de Janeiro

Nesta comunicação a etnicidade será abordada, resumidamente, em algumas das suas dimensões, tomando como modelo empírico dois grupos minoritários bastante diferentes: de forma bastante generalizada, serão focalizadas algumas questões relativas aos negros no Brasil e aos teuto-brasileiros de Santa Catarina (estes últimos vistos num contexto histórico que vai do final do século XIX até a década de 1930). O objetivo é mostrar que, em ambos os casos, no que pesem as diferenças, a etnicidade emerge e é elaborada como forma de reivindicação da cidadania, numa situação típica de grupo minoritário.

I

O termo *etnicidade* (do inglês *ethnicity*) reflete as tendências positivas de identificação e inclusão num grupo étnico. Assim, é possível pensar a etnicidade como uma qualidade da qual se participa, e que expressa a ênfase na atribuição de membro de um grupo étnico. É um conceito que envolve várias dimensões. Numa perspectiva mais ligada à tradição antropológica, pode ser vista como um fenômeno de identidade étnica, no sentido em que define limites grupais. A etnicidade, nesse caso, é considerada uma questão de classificação e, no seu significado mais imediato, diz respeito à separação e ordenamento de uma população numa série de categorias definidas em termos

* Trabalho apresentado ao XII Congresso Mundial da International Political Science Association (IPSA), Rio de Janeiro, 9-14 de agosto, 1982.

Publicado com os recursos do Convênio 253-FINEP/UFRJ/Museu Nacional.

P
301.2
B23

de "nós" e "eles". A etnicidade começa com categorias de atribuição de identidades étnicas, sendo produto da interação e da percepção interna e resposta externa, de forças operando no indivíduo e no grupo de dentro, e aquelas impostas sobre eles de fora. Esta perspectiva está contida em vários trabalhos, desde Fredrik Barth (1969) a R. Cardoso de Oliveira (1976) e, sobretudo, no texto de A. L. Epstein (1978) — todos trabalhando a questão da etnicidade tomando como base para a análise o limite e a noção de identidade étnica.

A etnicidade também pode ser visualizada, segundo Aronson (1976) como "um tipo particular de ideologia". Este autor parte da idéia de que um sistema de símbolos étnicos (ou etnicidade) cria uma consciência coletiva, faz reivindicações acerca das condições da sociedade. O que torna a etnicidade diferente de outras ideologias é o fato de ser uma ideologia de e para diferenciação de valores numa arena sócio-política inclusiva; quer dizer, ela segue valores supostamente não compartilhados por outros nesta arena.

De fato, o principal critério que marca a concepção de etnicidade é a identidade étnica, pois a partir dela o grupo étnico encontra sua expressão mais visível. A própria identidade étnica possui várias expressões como mostra Epstein (1978, p. 102), que se situam num continuum marcado nos seus extremos por dois polos: no polo positivo a identidade étnica depende mais de conceitos internos de exclusividade, no outro extremo, a identidade tem uma definição interna mínima e é essencialmente imposta de fora. A identidade étnica positiva, baseada na importância do próprio grupo, se expressa pela etnicidade. Mas, diz Epstein, existem também identidades étnicas negativas, onde a imagem do indivíduo é baseada na internalização da avaliação dos outros, quase sempre presentes onde grupos étnicos ocupam uma posição de inferioridade ou marginalidade na hierarquia social. Este é o caso da maioria dos grupos chamados "minoritários" nos Estados modernos. Chega-se, aí, a uma dimensão muito importante da etnicidade. Estudos mais recentes mostram que ela também pode ser vista como um conjunto de estratégias para mobilização política ou para fazer reivindicações.

O conceito de etnicidade não surgiu gratuitamente nestas duas últimas décadas. Ele reflete, principalmente, o recrudescimento da consciência étnica em todo o mundo, após a Segunda Guerra Mundial. Nos mais variados países, grupos étnicos aparentemente assimilados reafirmam a sua identidade, usando valores muitas vezes apenas simbólicos, tomados de uma cultura supostamente tradicional. A noção de etnicidade aparece na medida em que os movimentos étnicos dos últimos anos mostram a inoportunidade dos conceitos de

aculturação e assimilação para muitos casos concretos, especialmente nos contextos onde a identidade étnica é assumida e manipulada.

A etnicidade remete ao outro lado das relações interétnicas, quase sempre negligenciado pelos cientistas sociais que trabalham com o conceito de assimilação, e que diz respeito a *afirmação do próprio grupo*. Na perspectiva assimilacionista, as relações interétnicas eram analisadas mais do ponto de vista "do outro grupo", o que invariavelmente remetia às tendências negativas de dissociação e exclusão. As teorias sobre assimilação, de certa maneira, supunham o desaparecimento dos grupos étnicos, que seriam incorporados, em maior ou menor grau, ao grupo majoritário. O surgimento da idéia de etnicidade, porém, mostra uma outra realidade: a importância assumida pelos grupos étnicos nas sociedades modernas. Estes grupos persistiram, apesar das pressões no sentido da assimilação, ou em virtude de pressões segregacionistas, conforme os casos, e a novidade, hoje, é que os conflitos étnicos se tornaram bastante frequentes e os grupos étnicos aparecem, *também*, como grupos de interesses. Autores como Cohen (1969, 1974) e Glazer e Moynihan (1975) apontam para essa perspectiva atual da questão étnica, mostrando a eficiência estratégica da etnicidade como base para fazer reivindicações de várias ordens, inclusive políticas. Houve, enfim, uma tendência das pessoas para insistir na significação da sua distintividade e identidade como grupo, e nos direitos que derivam desse caráter de grupo.

No plano teórico o problema é simples: as características culturais ou raciais visíveis, que muitas vezes são arroladas como definidoras de um grupo étnico, perderam, em grande parte, sua importância conceitual. É preciso lembrar que os grupos étnicos não só têm características diferentes, mas ocupam posições diferentes nas sociedades das quais fazem parte. O que está em jogo são as diferenças étnicas (sejam elas rotuladas de culturais, nacionais, raciais ou outras) manipuladas no sentido de organizar as relações sociais. Na maior parte dos casos, aquilo que é chamado de "étnico", ao nível da manipulação, serve como símbolo para justificar outras diferenças sociais.

Emerge aí a questão da desigualdade social, como demonstrou Max Weber (1971) ao acentuar o caráter político da manipulação de características raciais do negro nos Estados Unidos, trabalhando com a noção de indivíduo desqualificado socialmente. Para Weber, as características raciais do negro, na realidade, servem como pretexto para justificar diferenças sociais, para desqualificá-lo na sociedade, o que no passado era feito pela escravidão.

A desigualdade étnica, assim, é permeada pela desigualdade social. O que surge como novo nos conflitos atuais é que a etnicidade se tornou não apenas a base para a mobilização dos grupos étnicos, mas também a base para fazer reivindicações políticas e econômicas. Dentro da perspectiva apontada por Glazer e Moynihan (1975) o que caracteriza a questão étnica é a extensão com que os grupos étnicos, hoje, se definem em termos de interesses comuns e, portanto, aparecem como grupos de interesse. É claro, como já mostrei, que está não é a única perspectiva teórica a partir da qual a etnicidade deve ser analisada. Mas talvez seja uma das mais importantes, uma vez que, antes de mais nada, o significado emocional de pertinência a um grupo étnico é um princípio organizado poderoso. A etnicidade pode ser manipulada no sentido de mobilização política ou outro qualquer, mas sua eficácia é indiscutível porque as diferenças étnicas são diferenças de fato. Por exemplo: é mais fácil e efetivo identificar um negro como negro (isto é, como membro de um grupo étnico) do que como professor, advogado ou operário. Ao afirmar essa eficácia estratégica como essencial, os autores pretendem assinalar a importância da etnicidade como foco de mobilização de grupos para fins políticos concretos. E dão como um dos possíveis exemplos o "voto étnico" nos Estados Unidos.

A etnicidade aparece, então, como idéia política, como princípio mobilizador de interesses de grupos específicos, não apenas em países como os Estados Unidos ou Canadá, por exemplo, mas também nos Estados que surgiram com o colapso do colonialismo após 1945, e onde os conflitos de ordem étnica permeiam a vida pós-independência. O tribalismo africano seria um exemplo de como novos alinhamentos de poder são formados. Como demonstrou Cohen (1969) os grupos étnicos usam e manipulam costumes, valores, mitos e símbolos de sua tradição cultural, para articular uma organização política informal, usada como arma na luta política. Grupos definidos por uma "eticidade cultural" agem como "grupos de interesse" para a ação política. Portanto, vê a etnicidade sendo usada na articulação informal de interesses políticos. Nesse caso, para Cohen, os grupos políticos informais, como são os grupos étnicos, organizam as funções políticas através do idioma dos costumes; alguns grupos usam o idioma religioso na organização destas funções, outros usam o idioma do parentesco ou outro qualquer; ou simplesmente, a ideologia. É evidente que não se pode concordar com Cohen quando diz que a etnicidade é um fenômeno político, é a tradição e os costumes são usados apenas como idiomas e mecanismos para alinhamentos polí-

ticos. A etnicidade é isto *também*, mas existem outras dimensões em que ela opera, como já foi dito antes. Mas é inegável que o caráter político da mobilização étnica assumiu uma importância muito grande ao longo das últimas décadas.

De fato, boa parte dos chamados grupos minoritários são excluídos de uma completa participação na vida social, política e econômica etc., dos Estados nos quais são cidadãos; e essa exclusão é quase sempre justificada com base em teorias racistas e outros tipos de suposição de inferioridade. Muitos desses grupos tem se organizado no sentido de lutar por seus direitos plenos de cidadania usando a via política (entre outras), mais especificamente, lutando por uma representatividade política, seja através do voto, apoiando determinados candidatos, ou reivindicando uma participação maior dos seus membros no governo, na diplomacia, na vida econômica, etc. Outros grupos, mais radicais, cuja etnicidade é respaldada por toda uma ideologia nacionalista, reivindicam, inclusive, sua autonomia política, como é o caso dos bascos, armênios e outros, que chegaram a usar o terrorismo como estratégia.

Mas deve ser assinalado que, se a etnicidade exprime, antes de mais nada, o sentido de pertinência dos membros do grupo étnico ao seu grupo específico, existe sempre a contrapartida da identidade negativa e da condição de minoria, que reflete a maneira como um grupo social mais poderoso da população define grupos sociais com menos poder, colocando-os à parte e limitando sua participação na sociedade.

É possível notar as dificuldades conceituais implícitas aqui. Um modelo arrumado de "grupos étnicos", "minorias", "eticidades", é virtualmente impossível. Limites étnicos positivos e negativos se combinam em muitos graus, como mostrou M. Banton (1977) ao propor um modelo conceitual de minorias. Para Banton, os limites estão interrelacionados em diferentes circunstâncias; uma ideologia racial de maioria branca, por exemplo, pode servir tanto a funções inclusivas como exclusivas. Da mesma forma, as identidades étnicas não são estáticas: elas se transformam e se atualizam. Um exemplo característico desta transformação é encontrado nos movimentos negros contra a discriminação racial e as leis segregacionistas nos Estados Unidos. No início os negros formavam uma população definida basicamente pela maioria branca e que assumia, de certa forma, uma identidade étnica negativa, quase como uma forma de luta. Estava implícita na argumentação dos líderes negros uma crença muito forte nos ideais americanos e nos direitos constitucionais. Hoje, os mais diversos movimentos negros assumem o caráter de grupo étnico cuja defi-

nição é externalizada pela etnicidade negra, e os valores negros foram assumidos como positivos. Segundo Banton, há quase o reverso do uso do conceito de raça, agora tomado como princípio de atribuição de membro do grupo.

Essa transformação, quase atualização, de ideologias étnicas, a perspectiva da etnicidade usada como forma de mobilização política por membros de grupos étnicos específicos, como forma de garantir os direitos da cidadania plena, pode ser mostrada tomando como modelos dois grupos de trajetórias bastante diferentes no Brasil: os brasileiros de origem africana e os chamados teuto-brasileiros.

II

A atribuição de uma "identidade étnica" aos descendentes de africanos no Brasil sempre foi feita pelos brancos, e sempre assumiu uma conotação negativa, por mais que a elite e parte da intelectualidade neguem ou minimizem a questão do preconceito e da discriminação dos negros na sociedade brasileira. O pressuposto é de que não há racismo, e que os negros e mulatos, por terem sido escravos no passado, estão hoje concentrados nas classes sociais mais baixas. Para eles, portanto, o que existe é uma questão de classe social e não de raça. A incorporação de uma identidade étnica negativa — e, portanto, também a negação da condição de negro — é observada não só a partir da ideologia veiculada por alguns dos primeiros movimentos negros no Brasil (especialmente na década de 1930), como por aqueles cuja epiderme é mais clara, e que parecem acreditar nos ideais do "branqueamento". De certa maneira, a identidade étnica negativa foi assumida pelos brasileiros negros porque, de fato, eles não conseguiram elaborar sua identidade, como Eduardo de O. e Oliveira afirmou em várias ocasiões.

Não pretendo me alongar muito nesta questão; preconceito ou escravidão, qualquer que seja a causa, o fato é que, mesmo hoje, a chamada "população de cor", no Brasil, está concentrada nos estratos mais baixos da hierarquia social. São poucos os negros e mulatos que ocupam posições de destaque na administração pública, na diplomacia, no congresso nacional, nos vários setores da economia, etc. De acordo com Claudio Bojunga (1978), excluindo alguns cantores e jogadores de futebol, são raros os negros "que furaram a barreira da penúria".

No período colonial, a escravidão e uma legislação discriminatória negavam a negros e mulatos, escravos ou livres, os direitos de cidadania. A escravidão desqualificava o indivíduo porque ele não

era cidadão, mas mercadoria; a legislação discriminatória dos colonizadores portugueses impedia que negros e mestiços livres fossem iguais aos outros cidadãos, brancos. Embora a legislação discriminatória fosse revogada ao longo do século XIX, a condição de "cidadãos de segunda classe", com todas as suas implicações, persistiu. Foi para lutar contra esta condição — gerada pelo preconceito e discriminação — que surgiram os movimentos negros em São Paulo, nas primeiras décadas deste século. Só que, em grande parte, incorporando uma identidade negativa fundamentada na questão da reeducação. Se, de um lado, é valorizada a participação do negro na História do Brasil (reificando mitos como o de Henrique Dias, por exemplo), por outro lado, a África é ignorada. Denunciam o preconceito de cor e as condições do negro na sociedade, mas ao mesmo tempo há um repúdio da cultura negra e uma chamada à *civilização*. Isto é, ao lado da preocupação com os problemas dos negros (justiça social, luta contra o preconceito, etc.), os jornais ligados aos movimentos negros falam, por exemplo, da falta de preparo do negro, da necessidade de "civilizá-lo", educá-lo (em todos os sentidos), moralizá-lo, como mostrou Florestan Fernandes (1968). E faziam propaganda de produtos cuja finalidade é modificar características raciais, como o tipo de cabelo. Há, de fato, na ideologia transmitida por esses movimentos mais antigos, um evidente vazio de identidade, uma quase tentativa de conciliação com as teorias do branqueamento, calcada na idéia de uma inferioridade social que pode ser superada. Como se o preconceito e a discriminação pudessem desaparecer a medida que o negro se torna "civilizado", "educado", "com um comportamento social adequado", etc.

É inegável que vários intelectuais negros, inclusive muitos dos que compunham a Frente Negra Brasileira na década de 1930, querendo ou não, acabaram influenciados pela ótica da democracia racial, mesmo quando a negam, reivindicando o fim da discriminação e a igualdade de direitos. Há uma ideologia que é brasileira, construída por uma elite, é verdade, mas cuja penetração e aceitação é tão forte, que se torna problemático contestá-la, mesmo a nível das minorias que sofrem a discriminação. Um fato interessante relacionado aos movimentos negros na década de 1930, é a xenofobia dirigida por seus líderes contra os imigrantes, considerados, em parte, responsáveis pela situação precária dos negros em São Paulo. À parte o fato de que neste mesmo período o governo federal iniciava a "campanha de nacionalização", igualmente xenófoba e destinada à "assimilar" os

imigrantes e seus descendentes, está implícito que não só os imigrantes vieram ocupar o lugar que deveria ser dos negros no mercado de trabalho, mas também a acusação de que eles eram mais racistas e intolerantes do que os brasileiros de origem lusa. Sem querer entrar em consideração sobre isto, é óbvio que não se cogitava de um fato simples: os imigrantes e seus descendentes formavam outras minorias — não raciais, evidentemente — mas lutando igualmente pela ascensão social, sofrendo outros tipos de discriminação, enfim, querendo ser cidadãos brasileiros de pleno direito. É evidente, neste contexto, a crença na democracia racial brasileira, apesar do preconceito, e na idéia de que o racismo é alienígena.

III

Há um denominador comum aos vários grupos étnicos que se encontram em situação de minoria, que passa pela cidadania e reivindicações de direitos iguais. A desqualificação social, nesses casos, transforma indivíduos membros de grupos minoritários em cidadãos “de segunda”, sem plenos direitos, embora a lei diga que são todos iguais. Há muitos exemplos de reivindicações e luta pela cidadania por parte de imigrantes das mais diversas procedências. O caso dos teuto-brasileiros em Santa Catarina é bastante significativo por duas razões: a) eles ficaram concentrados em certas áreas do Sul do Brasil, em comunidades quase etnicamente homogêneas, formando um grupo étnico cuja ideologia se fundamenta na idéia da superioridade racial dos alemães; b) possuíam, até o final da década de 1930, uma imprensa em língua alemã bastante atuante em termos étnicos e políticos. É, portanto, um caso inteiramente diverso dos negros, mas onde a manipulação da etnicidade passa pela reivindicação da cidadania através da representatividade política.

A maioria dos imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina no século XIX ali se estabeleceram como pequenos agricultores, proprietários de um lote colonial de 25 hectares (adquirido do Estado no caso das colônias oficiais, ou de companhias particulares, no caso das colônias particulares). Naturalizados ou não, nascidos no solo brasileiro ou não, sua representatividade política era nula, pois estavam sujeitos às normas do sistema de colonização: as áreas que habitavam não tinham autonomia administrativa e a maioria das chamadas “colônias alemãs” só passaram à condição de municípios muitos anos depois da sua fundação. No momento em que isto acontece — já quase no final do século XIX — os jornais publicados em lín-

gua alemã, em cidades como Blumenau e Joinville, começam a conter editoriais e artigos com o objetivo de defender, por um lado, a manutenção das características étnicas da população teuto-brasileira (na sua expressão, o “direito de permanecer étnica e culturalmente alemães”) e, por outro lado, afirmando sua condição de cidadãos brasileiros que devem lutar por seus direitos, incluindo-se, aí, a representatividade política.

A etnicidade teuto-brasileira tem uma dupla representação: ela expressa a pertinência a um grupo étnico alemão, e este aspecto é extremamente valorizado; mas também acentua a condição de cidadãos brasileiros que esses mesmos “alemães” possuem, e que os tornam diferentes de outros alemães, que não são naturalizados e nem nasceram no Brasil. O segundo aspecto implícito na categoria de identificação liga o indivíduo ao Estado brasileiro, e é considerado de ordem política. A reivindicação da elite teuto-brasileira, nesse sentido, ainda no século XIX, é em torno da igualdade de direitos com outros brasileiros e não apenas igualdade de deveres. Consideram como a única forma plausível de conquistar esses direitos haver no congresso, na economia, enfim, em todos os setores da sociedade, uma representação teuto-brasileira, sem que tivessem de renunciar à sua etnicidade. Para isso seria necessário que todos estivessem conscientes da sua identidade étnica, e atuassem na esfera político-econômica mais ampla, apoiando pelo voto indivíduos que, pertencendo ou não ao grupo étnico, lutassem por seus direitos. Alguns nomes mais ou menos conhecidos são apontados nos jornais como exemplo a ser seguido, como Lauro Müller e Felipe Schmidt. Um jornal mais radical — o *Urwaldsbote*, de Blumenau — chegou a iniciar uma campanha para a instituição de um partido político, denominado *Volksverein*, que defendesse os interesses dos teuto-brasileiros. A reação da imprensa e políticos brasileiros locais e nacionais fez gorar a tentativa, sob a acusação de ser o *Volksverein* uma instituição pangermanista. A influência do pangermanismo foi importante no que diz respeito à ideologia étnica veiculada pelo *Urwaldsbote*. Mas o que estava em jogo, de fato, era a “ilegitimidade” de um partido político de inspiração étnica na terra da “democracia racial”.

Tendo falhado a tentativa da *Volksverein*, as lideranças teuto-brasileiras ligadas ao jornal em questão passaram a dar apoio a políticos brasileiros ou teuto-brasileiros que se dispusessem a lutar pelos direitos dos cidadãos de origem alemã, respeitando sua ideologia étnica. Faz-se uma separação do *étnico* (a manutenção de uma “comunidade” alemã no Brasil) e do *político* (a cidadania com obrigações e direitos) na própria definição da identidade étnica. Daí o estranha-

mento da população de origem alemã no Brasil quando, nos momentos de crise¹, era acusada de "estrangeira". É nesses momentos que reafirmam sua condição de brasileiros, recuperando para o grupo étnico uma história específica: consideram-se os "bandeirantes" do sul, os pioneiros que, tal como os paulistas do século XVII e XVIII, penetraram em regiões de florestas e aí implantaram a civilização. Essa "construção de um Brasil alemão", ou melhor, "teuto-brasileiro", permite que se identifiquem como sendo tão brasileiros quanto os outros.

O exemplo mais claro de reafirmação da identidade étnica, e da mobilização política com base na etnicidade, pode ser visto na década de 1930. Com o nazismo agindo abertamente nas cidades com predominância de população teuto-brasileira, muitos se filiaram ao Partido Integralista Brasileiro. Há uma explicação lógica para isso: o nazismo não foi encarado pela maioria como um partido político, mas como representante da *germanidade*. A retórica nacionalista do nazismo não era, afinal, muito diferente daquela empregada nos jornais nas décadas anteriores, pelo menos no que diz respeito à etnicidade. E o Partido Integralista Brasileiro, apesar da sua ótica nacionalista/assimilacionista, se comprometeu a respeitar a condição étnica dos teuto-brasileiros. Portanto, quando foi necessário defender os interesses da população teuto-brasileira, as suas lideranças não hesitaram em propor a filiação àquele partido, como forma de defender sua etnicidade ante uma campanha de nacionalização, assimilacionista em seus propósitos, que começava a se delinear. Pode-se depreender dos textos integralistas transcritos em jornais teuto-brasileiros, como, por exemplo, o *Blumenauer Zeitung*, que este partido se comprometia a equiparar, em igualdade de condições, os descendentes de imigrantes a todos os outros brasileiros. Prometia, portanto, a cidadania plena.

Com o Estado Novo veio um duplo estranhamento: de um momento para o outro, voltaram a ser "estrangeiros" que precisavam ser assimilados, e seu partido político brasileiro se tornou ilegal. Dois pequenos depoimentos de pessoas que sofreram humilhações durante a campanha de nacionalização são elucidativos:

"De repente todos viramos subversivos, traidores, anti-brasileiros. Esqueceram que muitos dos nossos foram lutar na Itália contra

1 Os momentos de crise foram muitos. No século XIX, sob o Império, eram simples colonos, não cidadãos; a propaganda pangermanista fez com que fossem olhados com desconfiança, que aumentou com a Primeira Guerra Mundial. Depois veio a propaganda nazista e a campanha de nacionalização no Estado Novo; seguindo-se, finalmente, a crise maior, durante a Segunda Grande Guerra.

os alemães, isto porque consideram o Brasil a sua pátria. Mas uma pessoa não pode negar sua origem, sua língua materna. Mas na nacionalização prenderam gente até porque eram integralistas, que afinal foi um partido autorizado”.

“Eu não entendo de política. Só sei que um bom cidadão contribui para a grandeza de sua pátria, e minha pátria é o Brasil. Só que na nacionalização não tinham mais direitos, só deveres. Não entendi muito bem essa história de nacionalização. Nacionalizar o quê? Os teuto-brasileiros nunca negaram sua cidadania, nunca negaram que são também brasileiros. Não sei em que alguém pode prejudicar o Brasil só porque fala alemão e tem orgulho da sua origem”.

Nesses depoimentos, etnicidade e cidadania se complementam, sem interferir uma com a outra.

Uma coisa extremamente importante é que, apesar das tentativas de assimilação à força preconizadas pela campanha de nacionalização, a etnicidade teuto-brasileira foi mantida e atualizada, sob outras formas, após a Segunda Guerra Mundial.

IV

A Frente Negra Brasileira, o movimento negro mais importante da década de 1930, tinha por objetivo a luta contra o preconceito racial, mas a partir de um determinado momento, como mostraram Florestan Fernandes (1965) e Roger Bastide (1973), sua reivindicação passa a ser política, adotando uma ideologia facista. Não há nenhum paradoxo nisso, bastando tomar como exemplo o “nacionalismo” integralista, e a ideologia que norteou a campanha de nacionalização durante o Estado Novo que, pela assimilação, à força se necessário, pretendia chegar a um povo/uma nação brasileira. A proposta da Frente Negra Brasileira tinha, sem dúvida, um sentido assimilacionista, no qual a etnicidade, como ideologia e como estratégia, não encontrou espaço.

Nesse sentido, os movimentos negros atuais — como o MNU, por exemplo — são fundamentalmente diferentes. A proposta de luta contra o preconceito e a discriminação permanece, mas os intelectuais e militantes negros dos anos 70 adotaram uma etnicidade afro-brasileira como estratégia de mobilização. Busca-se um retorno à África, através da valorização da cultura negra e da raça negra. A etnicidade aparece como princípio organizador do movimento; a cultura e a raça tomados como base possível dessa mesma etnicidade, simbolicamente ou não. O “retorno à África” não propõe uma recuperação integral dos valores culturais africanos em si; significa antes o reconhecimento

de uma cultura negra desenvolvida no Brasil, a despeito dos brancos, e que se "branqueou" apenas como estratégia de sobrevivência.

A valorização de uma identidade afro-brasileira é reforçada pela maneira com que as lideranças dos movimentos atuais encaram a participação do negro na História do Brasil. Não apenas pelo que representaram os escravos no plano da economia, mas por toda a contribuição africana à cultura e à sociedade brasileira. Para Beatriz Nascimento, por exemplo, deve ser revista a questão da História do Brasil e do papel do negro nela, pois o passado é fundamental para ver como os negros foram inferiorizados. Nesse caso, a tarefa histórica dos intelectuais negros é mostrar ao negro que ele formou a nação: "os negros brasileiros fizeram a nação".² Esta não é uma posição isolada de Beatriz Nascimento. Outros militantes negros a expressam até com maior ênfase, como é o caso de Abdias do Nascimento (1980; 1982). Para eles, negros e mulatos formam a maioria da população brasileira ou, colocando em outros termos, o Brasil é um país negro porque tem uma população majoritariamente negra; os brancos é que são minoria numérica. O negro, neste caso, é concebido como uma categoria étnica que inclui todos aqueles que tem algum grau de ascendência africana, mesmo remota. O uso da categoria *negro*, obviamente, exclui a categoria *mulato*, definida negativamente como produto do "branqueamento".

Por outro lado, a "repuperação da História", no sentido de elaborar uma etnicidade afro-brasileira, se volta para os quilombos, cujo papel mais importante teria sido exatamente a perpetuação da cultura africana no Brasil. Repudiam, então, o 13 de maio³ e o dia de Zumbi, o herói negro de Palmares, mito retomado fora da história oficial, é reservado para as comemorações negras.

Embora o número de associações negras que existem hoje no Brasil seja relativamente grande e apesar das divergências dos seus líderes e militantes em geral, alguns pontos comuns podem ser observados na ideologia que veiculam. Como já foi visto, o Brasil, para eles, é um país negro; não apenas demograficamente negro, mas também porque grande parte do que oficialmente é considerada como "cultura brasileira" tem origem africana. À questão da cultura se

2 Segundo entrevista transcrita no texto de Bojunga (1968).

3 Mesmo os movimentos mais antigos relativizam a data de 13/5, argumentando que a verdadeira abolição ainda estava por vir. A militância, assim, é vista também como necessária para os negros chegarem a uma segunda abolição, ou à verdadeira abolição.

soma a questão da história: é preciso reescrever a História, dando maior ênfase ao papel econômico, social e cultural dos negros, no sentido não só de dar conta da verdadeira face do país, mas também para incutir na população de origem africana um sentimento de orgulho étnico, subjugado por mais de quatrocentos anos de escravidão e preconceito racial. A luta, portanto, é contra o preconceito e a discriminação sofrida pela população de cor em todos os níveis da sociedade brasileira, visando denunciar a situação de inferioridade do cidadão negro.⁴

De qualquer forma, é evidente que a mobilização a partir da etnicidade recuperada através de uma identificação étnica positiva com os valores negros visa, como primeira etapa, a conscientização do que chamam o *povo negro*. Conscientização porque aqueles que compõem os movimentos negros procuram mostrar que a democracia racial não existe, e acreditam que esta é a fórmula mais eficaz de mobilização.

Mas, se num determinado momento uma associação como o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU) é fundada com o objetivo de denunciar uma situação de grupo minoritário⁵, tal como a Frente Negra brasileira nos anos trinta, não poderia ficar à margem da movimentação político-partidária, o que aconteceu concretamente em 1982. A reivindicação de um espaço político para os negros, especialmente a inclusão de candidatos negros nas agremiações partidárias não é novidade. Na década de 1930 os líderes da Frente Negra Brasileira tentaram transformá-la em partido político; e em 1950, por exemplo, no âmbito do 1.º Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, essa reivindicação foi formalizada e depois posta em prática através de uma fracassada candidatura de Abdias do Nascimento (Nascimento, 1982). A representação dos militantes negros sobre seu movimento inclui, em primeiro lugar, a necessidade de lutar para mudar um sistema racista discriminatório, peculiar, mas que existe no Brasil, mascarado pela "democracia racial"; a luta contra o racismo constitui a história política do Movimento, da qual os quilombos são o exemplo máximo. Assim, da luta contra o racismo emerge, necessariamente, a luta por um espaço polí-

4 Os exemplos mais citados de preconceito dizem respeito à discriminação a nível do mercado de trabalho, à perseguição policial e às apropriações "branqueadas" da cultura negra.

5 A origem do MNU foi um ato público realizado em 1978 em São Paulo, como protesto contra atos de discriminação e violência policial contra cidadãos negros.

tico. Sob este aspecto, o papel das associações negras não deve ser apenas o de valorizar um passado até então encoberto por uma história oficial discriminatória, ou simplesmente denunciar a existência do racismo, mas também, pela via política, fazer reivindicações. A construção da identidade étnica se faz no confronto com o racismo, da mesma forma que as reivindicações de todos os tipos. É nesse sentido que as associações que formam os movimentos negros se transformam, também, em grupos de interesses (especialmente para fins políticos) de que falam Glazer e Moynihan (1975), possivelmente visando a mobilização do voto negro. Não há um posicionamento formal de cada movimento negro em relação a determinados partidos. No caso do MNU, por exemplo, como afirma Gonzales (1980) os partidos serão apoiados na medida em que abrirem espaço para a discussão da questão racial. O MNU é definido por ela como um movimento mais geral, popular, cuja finalidade é "a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, até hoje não atingida por causa do racismo e suas práticas"; mas acrescenta "se propõe também a denunciar as formas de opressão e exploração do povo brasileiro". O MNU seria, assim, um movimento "político, reivindicativo, sem distinção de raça, credo político, sexo ou religião". Sem abrir mão das suas finalidades étnicas, o MNU, tal como é definido por Gonzales, transforma-se num movimento político de maior alcance, cuja finalidade é a defesa do povo brasileiro. Mas, na prática, é um grupo de interesse étnico, na medida em que se inscreve no âmbito do movimento negro brasileiro. Na verdade, mesmo os militantes negros que surgiram como candidatos em 1982 procuram transmitir uma imagem de militância política conciliando sua ideologia étnica com as diretrizes partidárias. Buscam, enfim, um espaço político para o negro dentro dos partidos como estratégia de afirmação do próprio "movimento negro". Um trabalho sobre o perfil de candidatos negros, realizado por Costa (1982), mostra que estes julgam que suas candidaturas terão um efeito de ampliação do movimento negro, o que viria fortalecer o aspecto étnico da questão.

V

O ressurgimento de movimentos e associações negras na década de 1970 no Brasil aponta para uma questão fundamental: a importância da etnicidade enquanto princípio organizador de grupos de interesses — inclusive para fins políticos. Por outro lado, a idéia de integração, subjacente à proposta assimilacionista, parece não encon-

trar respaldo na prática, como já mostraram autores como Cohen (1969), Epstein (1978), Glazer e Moynihan (1975) e outros. A assimilação à força, tentada com os descendentes de imigrantes europeus na década de 1930, no Sul do Brasil, dos quais citei como exemplo os teuto-brasileiros, não teve resultados positivos em termos das propostas que a motivaram. A reafirmação da identidade étnica, sob novas bases, é constante, principalmente em momentos de crise. A expansão das associações negras e do próprio movimento negro é mais um exemplo de como a etnicidade se transforma num fenômeno bastante amplo, embora sempre exista o corolário de que cada caso é singular e próprio. Os grupos que compõem o movimento negro hoje são muito diversificados, mas sua proposta é uma só: a recuperação de uma identidade étnica afro-brasileira e, com ela, o reconhecimento pleno dos seus direitos de cidadãos. Para muitos deles, a forma de se chegar a isto é a mobilização política em termos dos interesses da população negra.

ABSTRACT

The objective of this paper is to examine some aspects of ethnicity in two different minority groups: few questions concerning negro and german brazilian ethnic identities are analysed. The intention is to show that despite the differences in these two cases, ethnicity emerge and is elaborated as a form of complete citizenship reinvidication.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARONSON, D. R., 1976 — "Ethnicity as acultural system: an introductory essay". In: HENRY, F. (org.) *Ethnicity in the Americas*, p. 9-19, Mouton, Paris.
- BANTON, M., 1977 — *The Idea of Race*, 190 p., Tavistock Publications, Londres.
- BARTH, F., "Introduction". In: *Ethnic Groups and Boudaries*, p. 9-38, George Allen & Unwin, Londres.
- BASTIDE, R. 1973 — "A imprensa negra do Estado de São Paulo". In: *Estudos Afro-brasileiros*, p. 129-156, Ed. Perspectiva, São Paulo.

- BOJUNGA, C., 1978 — "O brasileiro negro, 90 anos depois". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 1.
- COHEN, A., 1969 — *Customs and Politics in Urban Africa*, 252 p., Routledge & K. Paul, Londres.
- COSTA, T. C. N. A., 1982, "Movimento negro e partidos políticos: o retrato de duas candidaturas", 43 p., PPGAS/MN (dat.).
- EPSTEIN, A. L., 1978 — *Ethos and Identity*, 181 p., Tavistock Publications, Londres.
- FERNANDES, F., 1965 — *A integração do negro na sociedade de classes*, vol. II, 394 p., Dominus/Edusp, São Paulo.
- GLAZER, N. & MOYNIHAN, D. P., 1975 — "Introduction". In: *Ethnicity: theory and experience*, p. 1-26, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- GONZALES, L., 1980 — "O movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial". Comunicação apresentada ao Simpósio "Race and Class in Brazil", Center for Afro-American Studies, UCLA, Los Angeles.
- 1982 — "O Movimento Negro na última década". In: GONZALES, L. & HASENBALG, C. — *Lugar de Negro*, p. 1-66, Ed. Marco Zero, Rio de Janeiro.
- MOURA, C., 1982 — "Organizações Negras". In: *São Paulo: o povo em movimento*, p. 145-175, Ed. Vozes/CEBRAP, Petrópolis.
- NASCIMENTO, A. do, 1980 — *O Quilombismo*, 281 p., Ed. Vozes, Petrópolis.
- 1982 — *O Negro Revoltado*, 403 p., Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, R. C. de, 1976 — *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, 118 p., Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- WEBER, M., 1971 — *Economie et Société*, vol. I, 650 p., Plon, Paris.

Produção Gráfica: Sandra Siqueira — Tel.: 225-7145

Composto e impresso na INGRAF — Indústrias Gráficas Ltda.